

Seguro rural

Maior adesão do produtor

EM OPERAÇÃO no País desde 1996, o seguro rural ganhou nova força com a ajuda federal por meio do mecanismo da subvenção. A partir de 2005, a expansão foi expressiva quando se toma como referência o valor segurado, contrato, a área coberta, o recurso para subvenção e os beneficiados. O potencial de crescimento ainda é muito grande diante do tamanho da área segurável em relação à área cultivada.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), criado em 2003 pela Lei 10.823, é um incentivo concedido pelo MAPA para que os produtores tenham maior acesso ao seguro rural. Consiste no pagamento de parte do prêmio do seguro contratado pelo produtor.

Considerado uma das mais importantes ferramentas para o desenvolvimento do campo, o seguro rural oferece proteção ao produtor rural contra efeitos adversos de eventos ambientais e do mercado. É imprescindível na estabilidade da renda, à geração de emprego e ao desenvolvimento tecnológico. Seu efeito sobre o crédito rural está em mitigar o risco e a inadimplência, com a diminuição do custo do crédito e a incorporação das atividades rurais no mercado de capitais.

O principal desafio do seguro rural agrícola, pelo lado da demanda, é conscientizar o produtor rural brasileiro da necessidade de se adotar essa modalidade de garantia como instrumento de gestão de risco. Para despertar o seu interesse, nos últimos anos, o governo tem elevado o percentual de subvenção para os produtos, que varia de 40% a 70% do valor do prêmio do seguro, limitada a R\$ 96 mil

por ano. Hoje, 76 culturas anuais e permanentes estão incluídas no programa.

Na verdade, o seguro agrícola no mercado brasileiro, vinha em processo de enfraquecimento durante o período de 2000 a 2005. Os valores do prêmio eram cadentes e os resultados operacionais ineficazes. Os produtores reclamavam do longo atraso nas estimativas das perdas e nos pagamentos. Na safra 2004/05, há casos de ressarcimento com mais de um ano. Sem o apoio do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e o resseguro na esfera do Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), os recursos não alavancavam.

As seguradoras apontam uma série de dificuldades que torna alto o custo de investimento no mercado de seguro rural. Há necessidade de coleta e análise de dados, montagem de modelos estatísticos, sistemas de informática, canais de distribuição, atendimento de pessoal, equipe de peritos, treinamento e formação de recursos humanos, dentre outros. Além disso, existem as dificuldades operacionais ligadas ao:

- Acompanhamento permanente da evolução das lavouras;

- Tamanho do território nacional;
- Culturas atendidas: algodão, cana-de-açúcar, café, florestas, frutas, grãos, hortaliças e outros.
- Tipos de coberturas: excesso de chuva, geada, granizo, incêndio, seca, vendaval, doenças, pragas, entre outras.

Entre as safras 2004/05 e 2005/06, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estimou que os prejuízos dos produtores devido a problemas climáticos somaram 26,5 milhões de toneladas. Caso essa produção estivesse coberta pelo seguro rural, os produtores poderiam ter sido indenizados em R\$ 10,3 bilhões, ou seja, recuperariam 57,2% da perda de renda da agricultura.

Ainda pelos cálculos da CNA, o potencial da importância segurada para a safra de grãos e fibras é de R\$ 55,6 bilhões, o que gera um potencial de prêmio de R\$ 3,3 bilhões, caso se utilize um prêmio médio de 6%. Agregando-se à safra de grãos e de fibras os demais produtos agrícolas, tais como café, laranja, banana, batata-inglesa, cebola, fumo, tomate e uva o valor potencial para a importância segurada

Brasil: números do seguro rural

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009*
Valor segurado (R\$ bilhões)	126	1,56	2,7	7,2	12,4
Contratos (mil)	2,3	30	31,6	60,1	nd
Área coberta (milhões ha)	0,07	1,5	2,3	4,8	8,2
Recursos (R\$ milhões)	2,3	42,6	60,9	157,5	272
Beneficiados (mil)	900	16,7	28,1	43,8	90,0

Fonte: Susep
*previsão

sobe para R\$ 102,3 bilhões e um prêmio potencial de R\$ 6,1 bilhões.

Essas cifras e a dimensão da agropecuária brasileira evidenciam a longa estrada aberta a ser percorrida. O modelo de seguro rural no Brasil, embora com particularidades próprias, foi inspirado nas experiências da Espanha e do México. Esses países têm larga experiência no seguro rural, tanto em termos das coberturas oferecidas aos produtores – as chamadas modalidades de seguro – quanto aos recursos disponibilizados para subvenção ao prêmio.

Para o crescimento mais rápido do sistema brasileiro de seguro rural, diversas variáveis precisam ser atendidas e solucionadas. Devem ser analisados aspectos como a falta de cultura dos produtores em contratar seguro; a inexistência de um banco de dados de sinistros; o aperfeiçoamento do zoneamento agrícola; a formação de peritos de regulação de sinistro e a regulação de um Fundo de Catástrofe.

Brasil: prêmios e sinistros no seguro rural

Ano	Prêmios	Sinistros
2000	19.523,2	138.632,4
2001	34.705,7	23.422,6
2002	48.445,4	78.319,0
2003	41.801,5	10.256,4
2004	33.616,9	89.906,2
2005	23.813,8	86.973,5
2006	81.908,9	24.045,7
2007	130.063,1	59.610,8
2008	321.145,6	129.434,7

Fonte: Susep

Também com o objetivo de reduzir ainda o custo do seguro rural para o produtor, o governo estabelece entendimentos com as unidades da Federação para a implantação de programas estaduais de subvenção, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais.

Em 2007, a Lei Complementar nº 126, regulamentada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, abriu o mercado brasileiro de resseguros às empresas internacionais. A expectativa é de que essa

abertura traga impulso às operações, com a introdução de novos produtos de seguro rural e a concorrência pela oferta de capacidade de resseguro resulte na diminuição do valor dos prêmios para os produtores rurais.

Ainda em 2007 os Ministérios da Fazenda e da Agricultura concluíram o anteprojeto de lei, com a instituição do Fundo de Catástrofe. Essa proposta, que se encontra em exame na Casa Civil para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional tem por objetivo aperfeiçoar os mecanismos que regem o seguro rural, oferecendo às seguradoras um resseguro suplementar para pagamento de sinistros decorrentes de eventos climáticos classificados como catastróficos.

Tanto a subvenção federal, quanto o fundo de catástrofe, o fim do monopólio no resseguro e a decisão do Banco do Brasil de atrelar a liberação de crédito rural à contratação de um seguro, são importantes para o desenvolvimento do seguro rural no país.

A substituição do antigo Fundo de Estabilidade do Seguro Rural pelo Fundo de Catástrofe elimina a possibilidade de contingenciamento dos recursos para a cobertura de riscos catastróficos. Alimentado por recursos do Tesouro Nacional e das seguradoras, o novo fundo serve para ajudar as empresas a cobrir as perdas em casos de taxas de sinistralidade elevadas decorrentes sobretudo de catástrofes climáticas. ■

Marco legal

- Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.
- Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, regulamenta o Decreto-Lei nº 73, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei 168, de 15 de Fevereiro de 1967, e 296, de 28 de fevereiro de 1967.
- Resoluções CNSP 46/2001, 50/2001 e 95/2002 – tratam do seguro rural e Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.
- Lei 10.823, de 19 de dezembro de 2003, institui a subvenção ao prêmio do seguro rural.
- Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, regulamenta a Lei 10.823, de 2003.

Restrições orçamentárias

Em maio de 2008, o presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei propondo a criação do Fundo de Catástrofe, cujo relator foi o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Para constituir o fundo, o governo federal vai destinar R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões de uma vez e R\$ 1 bilhão por ano, durante dois anos. Em meio ao crescimento da demanda por cobertura de seguro rural, o setor vive um momento de apreensão. A razão vem do corte feito pelo Ministério do Planejamento e o próprio Congresso Nacional no início de 2009, sem a devida recomposição, nos recursos orçamentários para a subvenção do prêmio das apólices no País, equivalentes a um terço da previsão original de R\$ 272 milhões.

Empresas seguradoras e produtores rurais reivindicam a suplementação de R\$ 90 milhões ao Orçamento deste ano e a elevação dos recursos federais para garantir os subsídios ao longo de 2010. Para 2010, a solicitação para o programa é de R\$ 450 milhões, mas nas atuais discussões do Orçamento da União foram previstos R\$ 238 milhões.